

ESTADO E POLÍTICAS DE AÇÃO NUMA ZONA DE FRONTEIRA

¹MONTEIRO, Elane Lopes

²SOUZA, Sebastião Perez

³LIMA, Wendell Teles de

RESUMO

A cidade de Tabatinga/AM é uma das principais cidades do estado do Amazonas, em função de ser uma cidade de fronteira, recebe uma atenção especial do Estado Brasileiro, tendo sua população indígena crescente, neste sentido busca-se compreender as políticas públicas para a cidade.

Palavras-chave: Estado, Políticas, Ação.

ABSTRACT:

The city of Tabatinga / AM is one of the main cities in the state of Amazonas, due to being a frontier city, it receives a spatial attention from the Brazilian State, with its growing indigenous population. public to the city.

Keyword: State, Policies, Action

¹ Especializando em Relações Internacionais e Geopolítica da Pan Amazônica pela Universidade do Estado Amazonas (UEA). Especialista em História e Geografia (CEPAM - 2013). Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e na Modalidade de Educação Escolar Indígena pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM - 2014), Graduanda em Geografia Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Bacharel em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM - 2013) e bolsista da extensão da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

² Esp. em Libras, formado em pedagogia, professor da Secretária de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC).

³ Professor Efetivo do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga/Universidade do Estado do Amazonas. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR -2015). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2008), Especialista em Turismo e Gestão Territorial pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2003), Bacharel em Geografia e Licenciado pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Tem como foco área Gestão do Território voltado para a Análise Geopolítica da realidade Amazônica, Brasileira, Sul-Americana e Cenário Internacional, tem experiência na área de Geografia tanto na área do ensino fundamental, médio e superior sendo a ênfase das pesquisas desenvolvidas na área de Geografia Humana e Geografia Política e Geopolítica. É líder do Grupo de Estudos Geográficos Certificado pela Universidade do Estado do Amazonas onde trabalha com as linhas de Pesquisa Território e Política e Ensino de Geografia, Desenvolvimento Sustentável e Questões Ambientais Fronteiriças. É professor Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) da Linha de Pesquisa Ambiente e Sociedade, editor chefe da Revista Geopolítica Transfronteiriça. Coordenador da Pós-Graduação Relações Internacionais e Geopolítica da Pan- Amazônica, Membro Assessor da áreas de Humanas da Fapeam e presidente atual do Comitê de Pesquisa Local do CSTB/UEA, Coordenador do curso de Licenciatura em Geografia CSTB/UEA.

INTRODUÇÃO

A busca do Estado brasileiro é uma constante, adotada por ele, como uma das estratégias criou o termo de área devoluta, de certa forma de terras sem ninguém, não levando em consideração quem estava antes de sua formação territorial, como por exemplo, a população indígena, por aqui vivida, ou seja, antes do colonizador chegar.

A expansão comercial da Europa, financiada pela colonização da América, África e Ásia, foi primordial para a formação geográfica do territorial brasileiro. Diferentemente de outras ocupações desencadeadas através de conflitos e tensões demográficos, a ocupação do território se deu exclusivamente por questões políticas e econômicas. No cenário das grandes navegações da época, tínhamos a Espanha e Portugal como protagonistas da luta pela expansão territorial e comercial da Europa. Após muitos conflitos e tratados firmados, assinaram o Tratado de Tordesilhas, estabelecendo que as terras situadas até 370 léguas a leste de Cabo Verde pertenciam a Portugal, e as terras a oeste dessa linha pertenciam à Espanha. O Brasil até então ainda não descoberto pelos portugueses ou espanhóis já era de domínio da coroa portuguesa. (STRAFORINI, 2008, p. 70).

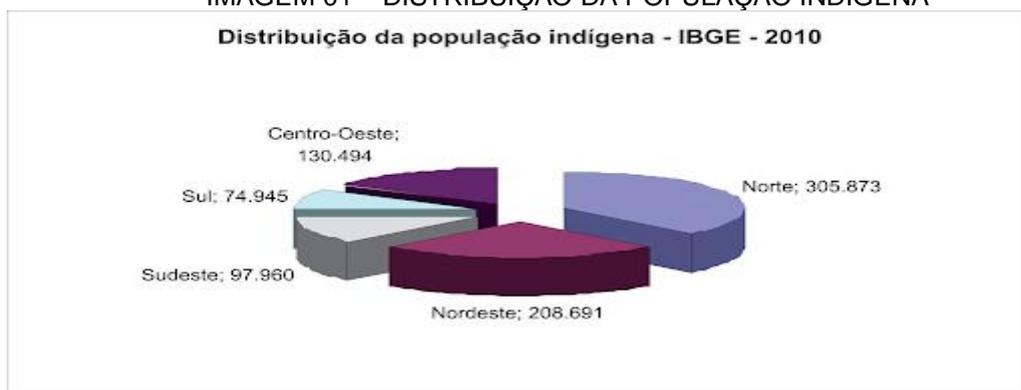
Sendo que Oliveira & Santos (2014) que foi:

Usando a tradição de ocupação da faixa litorânea, os portugueses fixaram alguns núcleos de ocupação e conhecimento em toda área litorânea, criando as capitanias hereditárias. As capitanias hereditárias eram enormes faixas de terras que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, entregues em forma de mercês aos capitães donatários, que não podiam vendê-las ou desmembrá-las, cabendo apenas ao Rei o poder de modificá-las ou excluí-las. (Oliveira; Santos, p. 83, 2014)

Tendo em vista que, a formação do país começa no litoral, até hoje podemos afirmar que essa formação herdada, serve de base para organização do país. Área mais próxima que tinham contato com oceano Atlântico, serviram como base para os colonos e as populações existentes, como o caso da Amazônia.

Na imagem a seguir tentaremos demonstrar a distribuição da população indígena no intuito de explicar a realidade destes povos. É claro que de 2010 até o presente ano já houve alteração em números, mas esta imagem traz a tentativa de realizarmos uma demonstração na divisão por região.

IMAGEM 01 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA



FONTE: [funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-são](http://funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao)

Podemos observar que a população indígena, ainda é numerosa, a tendência de aumento é em todo país, apesar da grande maioria dessa população ser discriminada, diante de sua cultura e formação em diferentes recontos.

A pesar de ser grande a população indígena, ao mesmo tempo de estar em crescimento, ela não é considerada pelo Estado brasileiro, como também é embutida a discriminação de vários formatos diante dos índios.

A política de colonização e expansão territorial no Brasil que data desde o século XVI retrata com expressividade, uma elite política que impõe seus interesses com determinação e desde então, sempre manifestou com clareza a ausência de alteridade, sendo inclusive, oportuno para essa elite, a intolerância e o uso da violência para que estabeleça o seu modelo de sociedade. Esta elite política reproduz nas políticas públicas uma concepção de mudança social alicerçada em uma desenfreada “expansão econômica”, em sua forma mais perversa exclui parcelas significativas da população, entre estes os negros e os índios. (Athias p.1, 2005)

Tendo em visto, que a segregação não existe no país. Em função disso são criados cotas para negros, índios e pardos, no entanto, para muitos este discurso segundo Magnoli (2009) só aumentou o preconceito. Muitos afirmam que era melhor manter as coisas como estão na sociedade.

Diante desta temática, tendo em vista que existe uma ação do Estado brasileiro temos a geopolítica que é uma ação do estado assim entendida por nós.

Em um período tão longo e abrangente que vai dos primórdios da geopolítica brasileira – entendida esta como disciplina apenas a partir da primeira década

do século passado até os anos 70 - constatamos a existência de um espectro muito amplo e variado de Autores e de temas. Isto ocorreu não só no Brasil, mas em todo o mundo, e faz parte do papel que cada país desempenha ou ambiciona fazê-lo no cenário internacional. (Miyamoto, p. 2, "s.d.")

Assim, mostra-se que o estado brasileiro tem política, no entanto não para a maioria das necessidades da população. Realidade esta que já se alastra há décadas, porém precisamos a cada dia debater sobre esta conduta e assim formar mentes pensantes para estar sempre apto e ser conhecedor dos seus direitos enquanto cidadão ativo e participativo da sociedade.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, tendo em vista livros e artigos sobre o tema, a correlação dos dados foi importante para entender a problemática do Estado na cidade de Tabatinga/AM e ação do Estado e suas várias facetas.

Sabendo que a pesquisa bibliográfica nos permite fazer uma contextualização do passado e assim nos permiti entender o presente e em seguida nos faz projetar o futuro.

Pensando a cidade

A cidade de Tabatinga/AM é um dos redutos indígenas na Amazônia, a cidade começou com uma fortificação, contra espanhóis para defender os portugueses, portanto, começa a arquitetura do território brasileiro conforme Magnoli (1997) formando o país aqui se inicia o corpo da pátria.

Essa formação brasileira, herdada pelo portugueses Andrade serviu como base para entendimento do país, como território diante dos demais países, no entanto, é construir um novo horizonte, ou seja, esquecer o seu passado ou esconder suas origens.

Tendo em vista estratégia portuguesa com Marques de Pombal.

Longe de serem aqui interpretados com um caráter de vitimização, os versos da música índios, compostos por Renato Russo na década de 1980, devem nos remeter a uma reflexão sobre os impactos ocasionados pelo processo colonizador instalado na América pelos europeus. Revestida de uma falsa legalidade, a questão indígena no Brasil sempre foi permeada por inúmeras idas e vindas, pois desde o período colonial têm sido criadas, revogadas e recriadas diversas leis que versam sobre os direitos dos índios. Vamos a alguns exemplos: em 30 de agosto de 1609, foi promulgada a lei que declarava livres todos os índios do Brasil, porém, dois anos depois, a escravidão foi restaurada pela lei de 10 de setembro, com a justificativa da guerra justa. Já no século seguinte, ocorreu a extinção legal do cativo indígena por meio da lei de 06 de junho de 1755. São estas apenas algumas das leis criadas pelo governo colonial para o controle da população nativa – e suas contradições são visíveis. (Oliveira; Mesquita, p, 3, 2019)

As políticas pombalinas tinha objetivo, de miscigenar a população, com objetivo de prevalecer os interesses dos colonizadores, sendo assim, foi utilizado a formação de “unir” a população para manter os interesses políticos.

O processo de expansão territorial na América portuguesa foi iniciado efetivamente com as chamadas capitânicas hereditárias, que visavam garantir a posse definitiva das terras “descobertas”, frente ao assédio constante das outras potências europeias. A iniciativa expansionista ocorreu de forma gradual e inconstante, inicialmente restrita a costa atlântica, posteriormente se volta para o interior, com a descoberta de ouro, na região de Minas Gerais, por volta de 1696. (Bezerra, p.16, 2018)

Uma das observações com cartolões espanhol foi a formação dos países, para ele, o Brasil era diversificado, diferentes dos demais países da América espanhola, Portanto, seria impossível o país se consolidar como país no sistema mundo conforme Malagrida (1946).

Não podemos negar que esta foi uma preocupação constante na formação brasileira, aparecem inúmeros geopolíticos clássicos preocupados com a formação territorial.

Um deles conseguiu ser importante, no destaque da historiografia da América do Sul foi o capitão Mário Travassos que teve seus livros popularizados pelo continente.

Para escrevê-la, Travassos encontrou referência no geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que destacou em fins do século XIX a importância do fator fisiográfico e antropogeográfico na organização do território, especialmente manifestados no desenvolvimento econômico e na organização das redes de transporte. Também inspira-se no conceito de heartland ("coração da terra"), elaborado no início do século XX pelo geógrafo e diplomata britânico Halford Mackinder para analisar a disputa pelo poder mundial entre os poderes marítimos e as potências terrestres ascendentes. O heartland eurasiático é formado pelas vastas planícies do centro geográfico da Eurásia, ricas em recursos naturais e em situação geográfica favorável para a defesa, e que Travassos translada ao situar um heartland sulamericano na região do altiplano boliviano. É a partir daí que aflora o diálogo com os escritos do geopolítico espanhol Badia Malagrida, onde encontra uma primeira proposta de leitura geográfica da política sul-americana, inclusive na localização do centro geoestratégico sulamericano nas terras bolivianas (MARTINS, 2011).

Esse geopolítico estimulou inúmeros teóricos, que terminaram pensando o país em sua extensão territorial, sendo mesmo assim mantido o pensamento conservador que era dado pelos militares como ele.

Desde o início da colonização europeia no território delimitado atualmente pelo Estado brasileiro, a questão indígena foi caracterizada por um conjunto de complexidades, relações de conflito e tensões. O processo de colonização passou a se legitimar a partir da ideia de catequização, proteção dos indígenas e da tutela, estabelecidos pela concessão de direitos de jurisdição aos reis ibéricos com a condição de que os indígenas fossem catequizados e "protegidos". A incorporação religiosa e civilizacional dos indígenas pode ser compreendida como uma das obrigações e fonte de legitimidade do domínio europeu nas Américas. A administração colonial vem cumprir um papel de mediação das relações de exploração do trabalho e do território indígena, ou seja, a exploração econômica associada ao trabalho e expropriação das terras indígenas foi uma das marcas deste processo. (Prado, p. 13, 2018)

A ideologia conforme Chauí (2008) é dos fatores que servem para sedimentar o país, ou a sociedade brasileira, tendo em vista que independente da etnia somos todos brasileiros, ela é uma ideia moderna do Estado Nacional, é válvula do Estado brasileiro.

Outro ponto levantado pela ideologia do estado, como já falamos são as chamadas terras devolutas, terras de união ou sem dono, ponto que encobre todo o processo de apropriação, particularmente, falamos em grande parte de população original indígena.

Grande parte cidade é área indígena, como denomina área da união tutelada pelo estado federal.

O nascimento do instituto jurídico denominado “terras devolutas” é oriundo do regime sesmario, sendo as terras devolutas um instituto essencialmente brasileiro, indissociável da história e colonização do país. A Coroa Portuguesa, diante da necessidade de colonizar a nova posse, dividiu o território nacional em grandes glebas, concedidas por meio de Cartas de Doação. A concessão de cartas não era incondicionada, havendo cláusulas que, se desrespeitadas, poderiam levar ao confisco do bem, retornando a propriedade ao patrimônio Real. Ou seja, a terra era “devolvida” ao patrimônio público. (Caramês; Olívio; Fischer, p. 256, 2017)

Uma das “problemáticas” das cidade, pelos moradores, levando área territorial, é falta de espaço para crescer, sendo que as áreas da cidade são em grande parte da união ou reservas indígenas, sendo assim, encurralando a cidade para seu crescimento.

No entanto, vemos que surgem inúmeras invasões no tecido urbano, no entanto, até o presente momento são ilegais, até se tornar oficial no mapa urbano da cidade. Ou seja, a “problemática” que não tem terra é uma falácia, mas para qual habitante reivindica seu espaço?

Será que vivemos no vazio demográfico, criados pelos militares, ou que ainda os livros de geografia retratam essa imagem, do vazio na Amazônia, ou não é considerada as populações ribeirinhas e indígenas.

Além desses “problemas” temos a questão educacional indígena e dos migrantes na zona de fronteira.

Dessa forma, abordar-se-á a princípio como os indígenas eram vistos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Posteriormente salientaremos o papel da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no acompanhamento aos direitos indígenas. Por fim, analisaremos especificamente a Educação Indígena nos aparatos legais, entre eles, a Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas de 1998, a Lei nº 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e o livro Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural ressignificando a escola publicado em 2007 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (Ferreira; Prado, p. 2552, 2013)

Apesar de algumas iniciativas em prol da população indígena, como a instalações de universidade estadual e federal, o que vimos que o ensino fundamental

e médio continuou o mesmo, para os indígenas e migrantes, não levando em consideração a diversidade, tratando o espaço de maneira homogêneo.

O máximo é colocado um professor, que fale a língua indígena, não existe uma metodologia específica apensar das secretarias de educações, terem departamentos específicos para essa população.

Considerações Finais

O Estado brasileiro continua com a mesma característica de mais de 500 anos, as rugas teimam aparecer em várias formas na sociedade, sendo ainda prevalecer o status quo, que impera na engrenagem a sociedade brasileira.

Alguns “problemas” são naturalizados na zona de fronteira, como o crescimento polêmico da cidade. Um dos problemas pode exemplificado pelas chamadas terras devolutas, e a questão indígena.

Sendo que é atribuído no caso da população original o obstáculo ao desenvolvimento, sendo que a cidade se expande de forma desorganizada como qualquer cidade brasileira.

Sendo a questão indígena importante no município, em função do crescimento dessa população na cidade. Desta forma, a educação um dos requisitos mais importantes nas políticas públicas é deixada de lado, tendo em vista que apesar de existir no papel políticas para essa população, ela são incipientes dados pelo Estado.

Cabe ao estado ser proativo em várias políticas públicas, no entanto, o que vemos que essa população contínua sendo marginalizada também, pela população em função dessa etnia ser segregada no espaço.

Cabe ponto, um reflexão de todos que compõem a cidade de Tabatinga/AM em entender o papeis das etnias, o espaço fronteiriço tem uma miscigenação e é comporta por populações indígenas que ultrapassa as fronteira os Estados Nacionais.

Referências Bibliográficas

ATHIAS, Renato. DIVERSIDADE ÉTNICA, DIREITOS INDÍGENAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. **NEPE, UFPE**. 2005.

ANDRADE, Manuel Correia, (Org), **Tordesilhas**: Um Marco Geopolítico, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 1997.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. 80 ANOS DA OBRA PROJEÇÃO CONTINENTAL DO BRASIL, DE MÁRIO TRAVASSOS. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 29 (2015).

BEZERRA, Antonio Maicon Batista. **LUTAS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NO PERÍODO COLONIAL: MISCIGENAÇÃO E ETNIFICAÇÃO, NOVAS ABORDAGENS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**. Da Amazônia, *Revistas Discentes de História da UFAC*, Rio Branco – Acre, v.1, n.1, (ago-dez) 2018, p. 15-27.

CARAMÊS, Brenda Rocha; OLÍVIO, Karoline Araújo; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Análise jurídica da gestão de terras devolutas localizadas na Faixa de Fronteira. **REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**, vol. 4, n. 1, p. 257-273, 2017.

CHAUÍ, Marilene, “**ideologia**”. Ed. Brasiliense, 2008.

UM NOVO OLHAR A EDUCAÇÃO INDÍGENA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. **XI Congresso de Educação (EDUCERE), II Seminário Internacional de Representações Sociais Subjetividade e Educação, IV Seminário Internacional Sobre Profissionalização Docente, SPD/CATEDRA, UNESCO**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba de 23 a 26/9/2013.

FERREIRA, Aline; PRADO, Mayla Graziela. **UM NOVO OLHAR A EDUCAÇÃO INDÍGENA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue**: História do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. **O CORPO DE PÁTRIA - IMAGINAÇÃO GEOGRÁFICA E POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL (1808-1912)**. SÃO PAULO: MODERNA, 1997.

MALAGRIDA, Carlos Badia. **El factor geográfico en la política sudamericana**. 2ª ed. Madri: Instituto Editorial Réus, 1946.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **GEOPOLÍTICA DO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**. “s.d.”

https://www.researchgate.net/publication/216803858_Geopolitica_do_Brasil_uma_leitura_introdutoria.

OLIVEIRA, Rinaldo Thomaz de; SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. O INÍCIO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE O TERRITÓRIO EM SUAPE. **Revista de Geografia** (UFPE) V. 31, No. 3, 2014.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; MESQUITA, Ilka Miglio de. O projeto assimilacionista português: o diretório pombalino sob um olhar descolonizado. **Roteiro, Joaçaba**, v. 44, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2019.

PRADO, Felipe Sousa. **Dissertação**, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu 2018.